

# Coautoria Urbana

## Comuns e maneiras de fazer

Gabrielle Rocha  
UFRJ

### Abstract

Este artigo busca desenvolver o conceito de coautoria de cidade, tratando de elucidar como e por qual razão os cidadãos criam novas cidades através de suas respectivas formas de apropriação, uso e percepção do espaço, podendo estas serem subversivas ou não. Sabe-se que, dependendo de como e por quem os usos urbanos são propostos, por exemplo, a cidade pode tornar-se mercadoria que exclui determinados grupos de cidadãos e, por necessidade ou provocação, eles podem responder através da ocupação subversiva, modificando de alguma forma aquele espaço. Portanto, o cidadão que compartilha a autoria de cidade com autores reconhecidos pelo senso comum – urbanistas, políticos etc., colabora em sua construção, seja participando ativamente através da sua apropriação, ou simplesmente existindo. No presente artigo, então, o conceito de coautoria urbana é desenvolvido através da ideia de comunalização (HARVEY 2014) – consequência do compartilhamento das cidades criadas por cada ator, e das “maneiras de fazer” (CERTEAU 2014), responsáveis pela organização dos coautores em camadas conforme suas respectivas formas de ocupação da cidade, aqui chamadas “cidadãos ‘formais’”, “cidadãos marginalizados” e “ativistas urbanos”.

### Introdução

A cidade é formada por massa estática e por seres – cidadãos que nela habitam trazendo-lhe fluidez e vida. Entretanto, a homogeneização e a elitização dos espaços são marcas históricas da

construção urbana, geralmente em detrimento da diversidade desses seres, tão fundamentais e peças-chave de sua existência, levando à exclusão de determinadas camadas sociais. Dessa forma, apropriações do espaço público, espontâneas ou não, por necessidade ou por vontade, como intervenções artísticas, camelotagem, dentre outras, podem vir como respostas às vezes involuntárias à falta de políticas positivas que contemplem as diferentes classes e grupos mais necessitados, somada ao discurso excludente que se perpetua historicamente na formação urbana. Assim, estas respostas somadas às ações esperadas no espaço urbano e às atuações de detentores de poder, formam uma grande mistura que reage e agrega na formação das cidades, tendo em todos seus cidadãos, coautores de suas construções física e social. Se o espaço público é, segundo La Varra (2008), a mescla de comportamentos que “cristalizam um lugar”, oferecendo uma base para que possa-se compartilhar, mesmo que temporariamente, fica claro que a atuação das pessoas forma o espaço, e que o compartilhar é a liga que falta, ou que constitui, a construção das cidades.

### Coautoria

A coautoria urbana é, portanto, o compartilhamento da criação de cidades entre seus cidadãos, sejam eles detentores de poder ou não, seja através de subversões no uso do espaço, atuações conforme o planejado, implementações de projeto, dentre outras. Ou seja, parte-se do princípio de que a coautoria urbana não traz pré-determinação de poder ou de falta dele. Ela existe para todos, mas é imprescindível que seja percebida e valorizada.

Ser autor da cidade é criar espaços e situações, seja a partir de sua apropriação urbana, seja



Figure 1. Homem utiliza o banco da praça da forma originalmente proposta: para sentar-se. Fonte: Autora, 2016.

através da elaboração de projetos, de sua própria existência na rua, etc. O compartilhamento dessa autoria gera as diferenças e se retroalimenta, de forma material ou imaterial, pacífica ou belicosa. Os coautores moldam a cidade através de sua atuação, criando encaixes, sobreposições e conflitos, e organizam-se em grupos, conforme suas formas de apropriação.

### *Comunalização e capital*

Compreendendo-se que esses grupos coautores se relacionam uns com os outros e que, algumas vezes, são responsáveis por suas existências, fica claro que a ideia de “comum” permeia cada fragmento dessa construção. Harvey (2014) descreve o “comum” como a relação social entre grupo e espaço (social ou físico), sendo ela maleável e instável, de forma que se crie ou que se adeque às pré-existências. Assim, pode-se entender que a ação implementada pelo coautor urbano é o comum, produzindo, então, a chamada comunalização da cidade, “prática que cria ou estabelece uma relação social com o comum cujos usos sejam tanto exclusivos de um grupo social quanto parcial ou totalmente aberto a todos” (HARVEY 2014).

Descobrir um local agradável para se apreciar a vista na hora do almoço do trabalho, simplesmente porque um dia precisou passar por ali, conhecer uma rua a partir de uma festa na

qual participou e divertiu-se, o anseio por ocupar uma praça e torná-la ativa, levando a uma ocupação periódica e esta ocupação tornar-se um grande evento ou mesmo um programa de ativação de espaços subutilizados. Estes exemplos são evidências da necessidade de uma motivação para uma atuação coautora que traga transformação ou apropriação do espaço em escalas variadas, formando a comunalização.

Como o capital tem tendência a querer deter de forma exclusiva o poder, o sucesso de pequenas ações pode atraí-lo, fazendo com que elas convertam-se em mercadorias. Sabe-se que, historicamente, a acumulação de capital também é impulsionada pela produção espacial, como na Paris de Haussmann. Grandes obras urbanísticas absorvem o excedente de capital, e o capital, ao ser urbanizado, modifica o processo de criação de cidades, fazendo com que seu domínio se atenha à determinadas classes detentoras de poder, podendo também funcionar como uma “marca” de um determinado governo. Harvey (2014) escreve que justamente essa marca pode ser responsável pela expulsão de pessoas ou culturas que não consigam se adequar às novidades impostas, ou mesmo mercantilizar atitudes e apropriações provenientes da comunalização, subvertendo negativamente seus objetivos originais.

Portanto, na urbanização capitalista, a cidade funciona quando as situações da esfera do capital são favoráveis, concentrando-se no crescimento do valor do espaço urbano, e é promovido o descarte da preocupação com os cidadãos e com os lugares por eles ocupados. Entretanto, como é impossível construir uma cidade real sem pensar e fazer para/pelas pessoas, as apropriações aparecem como saídas ao que tenta ser imposto, sendo particulares “maneiras de fazer” o urbano, que entram como mais uma variável dentro da equação urbana.

### *Maneiras de fazer*

As “maneiras de fazer” desenvolvidas por Certeau (2014) são as práticas “[...] pelos quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural”. Estas “maneiras de fazer”, fundamentais para compreensão da coautoria, funcionam como ferramentas específicas de construção e reflexão sobre o espaço urbano, e elas dependem de cada visão e referência particular do coautor, de forma que cada um vai atuar conforme suas interpretações. Os coautores podem ter ferramentas iguais, mas podem usá-las de formas completamente distintas, justamente por conta de suas subjetividades, ou mesmo podem ter ferramentas diferentes que levam a resultados parecidos. Dessa forma, com as experiências urbanas particulares inscritas em seus corpos, são construídas diferentes corpografias (JACQUES 2009) nestes coautores, o que faz com que as leituras sobre o espaço sejam diferentes para cada um. Estas interpretações tornam elementos habitáveis, como o texto ou a imagem, segundo Certeau (2014), de forma que durante sua leitura e interpretação, nos tornamos locatários, colocando neles nossas subjetividades, o que lhes fomenta novos significados.

Além das subjetividades, também existem as formalidades que aprisionam as práticas em um sistema, e que podem gerar diferentes respostas – as “maneiras de fazer”, e assim, como escreve Certeau (2014), “[...] (essa pessoa) cria para si um jogo para maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar [...], ele aí instaura pluralidade e criatividade” (grifo do autor). O misto entre formalidades, querer, criatividade e subjetividades constrói o quebra-cabeças que é a cidade. Mas é preciso tornar claro quem é o responsável por escolher a imagem desse quebra-cabeças, quem desenha suas peças,



Figure 2. Criança brinca na piscina montada em uma rua da favela Rio das Pedras: comportamento que forma o espaço. Fonte: Autora, 2017.

quem vai comprá-lo, quem vai montá-lo e como vai montá-lo etc. São diversas as “maneiras de fazer” envolvidas no universo do quebra-cabeças urbano, desde concepção até manuseio, e a seguir, será possível entendê-las a partir da ideia de autoria compartilhada, para saber como cada um atua, bem como sua devida importância.

### **A coautoria urbana através das “maneiras de fazer”**

É possível desenhar a ideia da formação da cidade através de dois caminhos: o urbanismo que vem de cima para baixo (de topo/top-down), na qual atores que detêm algum poder são os responsáveis, podendo levar também à capitalização da comunalização, e o urbanismo que vem de baixo para cima (de base/bottom-up), na qual cidadãos “comuns” atuam, através do uso do espaço da forma que ele foi pensado, ou subvertendo seu uso, dentre outras “maneiras de fazer”. Estes dois caminhos se cruzam, entram em conflito e um pode alimentar o outro, e causar sua existência (ROCHA 2019). Ao estudar-se as relações históricas entre ambos, percebe-se que o ideal para a formação horizontal da cidade seria o diálogo entre os dois lados, pois sua mescla poderia guiar de forma potente a construção urbana, envolvendo atores



Figure 3. O banco da praça, local destinado ao “sentar-se”, com apropriação imprevista: uso para dormir, atendendo à necessidade daquele momento. Fonte: Autora, 2018.



Figure 4. O Festival “O Passeio É Público”, no Passeio Público do Rio de Janeiro: Exemplo de atuação da camada ativista urbana que proporciona união entre os cidadãos “formais” e os marginalizados, além de ativar um espaço pouco utilizado e importante para a história da cidade. Fonte: Autora, 2016.

de diversos setores, com perspectivas particulares e interessantes, alguns com poder e que trariam com eles a possibilidade de dar voz aos menos favorecidos.

Enquanto este diálogo não é a realidade de forma plena, e porque o senso comum coloca minimamente os que detêm algum poder (urbanismo de topo) como “OS” autores da cidade, serão tratadas brevemente as possíveis “maneiras de fazer” que o urbanismo de base traz em sua existência, para compreensão de forma mais prática do que é a coautoria urbana. Esta forma de fazer e pensar o urbanismo pode trazer consigo a ocorrência de apropriações conforme necessidades, vontades ou imposições. Essa organização se desenha aqui, portanto, através de grandes camadas mais genéricas nas quais circulam atores diversos, que podem estar em mais de uma delas ao mesmo tempo. Assim, essas camadas coautoras organizadas pelas “maneiras de fazer” são aqui chamadas de:

**Cidadãos “formais”:** Reconhecidos pelo sistema, fazem uso corriqueiro, condicionado ou despercebido do espaço urbano, e possuem liberdade para apropriarem-se de forma esperada, não esperada, ou mesmo não se apropriarem. A cidade é espaço de serviço, lazer, espera ou circulação. Exemplos: funcionários e pessoas em lazer.

**Cidadãos marginalizados:** Precisam do espaço urbano para viver/sobreviver, indo contra a cristalização do uso da rua, o que alimenta e perpetua a imagem de marginalização. A cidade é abrigo, casa ou espaço de trabalho. Exemplos: camelôs e pessoas em situação de rua.

**Ativistas urbanos:** Podem subverter o uso de um espaço criticamente, reativá-lo ou indicar sua existência através de sua forma de apropriação. A cidade pode ser o que quiser. Exemplos: artistas de rua e produtores culturais.

Estas camadas repletas de atores se cruzam na vida urbana, criando situações, se articulando ou se confrontando. Uma pode ser responsável pela existência da outra, ou pode ter sua forma de apropriação alterada. Alguns camelôs, por exemplo, se posicionam em determinado local justamente porque ali existe grande movimento de pessoas que trabalham na região e circulam antes e depois do trabalho, e no horário de almoço. Ao mesmo tempo, essas pessoas podem

preferir circular por ali justo pela presença dos camelôs, que torna o espaço mais vivo e, conseqüentemente, mais seguro. Esse exemplo traz luz a um caso tão usual no cotidiano urbano, mas que, a partir da perspectiva da coautoria urbana, toma uma forma diferente, mais consciente da reciprocidade comum aos diferentes papéis que tomamos na cidade.

Portanto, as camadas coautoras não só se apoiam como devem sempre interagir, criar comuns entre elas, construindo estruturas que sirvam e se adequem à todas, entendendo-se que em suas atuações, não interessa uma conclusão ou um fim e sim o processo contínuo em suas ações que geram vários pequenos resultados ou pequenas ocasiões.

Percebendo de forma breve esta organização, pode-se treinar o olhar frente às existências urbanas e a razão delas ocorrerem. Assim, ao desenvolver um projeto, a reflexão sobre as pessoas pode tornar-se mais verídica frente à realidade que a cidade coloca, e que pode parecer imperceptível devido ao condicionamento imposto pelo cotidiano.

Os conflitos urbanos, cada vez mais excludentes, entre os desejos das camadas e a imposição do capital crescem, tornando mais distante a busca por observar e perceber a coautoria desenhada por subjetividades. Fica evidente que os coautores, bem como suas próprias cidades construídas, deveriam ser estudadas e consultadas quando se pensa/desenvolve um projeto urbano, confirmando o pensamento de Harvey (2014), de que não pode ser separada a cidade que queremos de quem queremos ser.

## Considerações Finais

A experiência negativa ou positiva em determinado local marca o ser, fazendo com que a percepção, a circulação e a ocupação deste espaço também seja marcada e influenciada a partir daquela situação. Nossa atuação na cidade reflete muito do que já vivemos e experimentamos, aguçando a percepção do que é ser urbano. A experiência individual varia a cada cidadão, o que faz com que a criação de nossas cidades dentro da cidade maior seja mutável, carregando incertezas. As certezas podem surgir como sinônimos de lucro, mas a incerteza da apropriação se revela como o fantasma que circunda os que detêm algum



Figure 5. Diferentes atores sentam-se nos degraus de entrada da Câmara de Vereadores, subvertendo, então, o uso.  
Fonte: Autora, 2016.

poder (como alguns atores do urbanismo de topo), porque alimentam a sensação de desperdício e, portanto, prejuízo. O prejuízo, além de perturbar a imagem consagrada estática urbana, é o que deve ser evitado para este grupo, quando a cidade torna-se mercadoria.

O direito à cidade é “[...] mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização” (HARVEY 2014), e esta compreensão é primordial porque somos seres incertos, com desejos e quereres eventualmente diferentes. Poderia esta incerteza funcionar como ferramenta dos coautores urbanos, trazendo diálogo e atenção na construção de cidades realmente democráticas? Talvez. Mas dentro desta perspectiva, a possibilidade mais segura é a de que considerar as ações dos cidadãos na cidade pode ser base para reflexões sobre projetos e políticas públicas que sejam amplas e apoiem a parcela mais controlada e excluída, como por exemplo os cidadãos marginalizados.

Além disso, ao percebermos aos outros cidadãos e suas respectivas relações com a cidade, é possível refletirmos sobre os nossos próprios papéis e atuações na cidade, como nos apropriamos, o quão livre nos sentimos para atuarmos corporalmente, como lidamos com as atuações e apropriações dos outros indivíduos. Especialmente esta última colocação deve trazer grande relevância aos urbanistas, porque é a partir dela que o projeto pode ser guiado no momento de criação, mesmo que seja modificado após um tempo de uso. É essa colocação que pode fomentar a exclusão de determinadas camadas coautoras no projeto urbano ou que pode estimular as formas livres de apropriação, fazendo com que sejam aceitas e valorizadas por atores que detêm algum tipo de poder. Esta relação extremamente contrastante pode ser a grande ferramenta para a formação de uma cidade construída para todas e todos.

O urbanista, portanto, traz certa responsabilidade por carregar a tarefa de “planejar oficialmente as cidades” e, compreendendo os diferentes grupos existentes, deve/deveria absorver as suas respectivas questões, como aponta Certeau (2014), quando escreve que o planejamento urbano implica em pensar a pluralidade da realidade, e tornar esse plural efetivo, articulando o pensar e o fazer.

Articular o plural e o real é valorizar a existência coautora, que atualiza as cidades a partir de sua prática ordinária cotidiana (JACQUES 2009).

Ao mesmo tempo, se a cidade é parte de nossos corpos, deve ser saudável e deve fazer sentido para todos, sendo parte de todos. A colaboração de cada um na construção de cidade deve ser compreendida, notada e deve receber a devida importância, mostrando ser fundamental a atuação de cada fragmento para que seja formado o todo. E se cada fragmento – cidadão – forma esse todo que é a cidade, fica evidente que nós SOMOS a cidade, e ao cuidarmos dela, estamos também cuidando da nossa existência.

## Endnotes

1. Este texto contém trechos do artigo “Coautoria Urbana: Conflitos entre corpo e cidade-imagem”, contendo também trechos desenvolvidos na dissertação de mestrado “Coautoria Urbana: a funcionária, o produtor e o camelô” (PROURB-FAU/UFRJ, 2019).
2. Foi dessa forma que surgiu em São Paulo, em 2008, o Movimento Boa Praça.

## Referências Bibliográficas

- Certeau, Michel de, *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. 22ªed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- Debord, Guy, *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- Harvey, David, *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- Jacques, Paola Berenstein, “Corpografias Urbanas: a memória da cidade no corpo”, in *Corpo: identidades, memórias e subjetividades*, ed. Velloso, Monica Pimenta; Rouchou, Joelle; Oliveira, Cláudia de. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2009.
- La Varra, Giovanni, “Post-it City. El último espacio público de la ciudad contemporánea”, in *Post-it City. Ciudades Ocasiones*. Barcelona: CCCB, 2008.
- Lefebvre, Henri, *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2004.
- Rocha, Gabrielle, *Coautoria Urbana: A funcionária, o produtor e o camelô*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - FAU/UFRJ, 2019.
- Rocha, Gabrielle, “Coautoria urbana: conflitos entre corpo e cidade-imagem”, *V!RUS* 1, no. 17 (dezembro 2018).